



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS

AMAGILDA PEREIRA DE SOUZA

FORMAS GEOMÉTRICAS NAS PRÁTICAS TRADICIONAIS DO POVO PATAXÓ
HÃHÃHÃE

BELO HORIZONTE
2018

AMAGILDA PEREIRA DE SOUZA

**FORMAS GEOMÉTRICAS NAS PRÁTICAS TRADICIONAIS DO POVO PATAXÓ
HÃHÃHÃE**

Percurso apresentado ao curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Keli Cristina Conti

BELO HORIZONTE

2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me dado forças nos momentos difíceis, aos meus pais que me ensinaram a ser uma mulher lutadora, aos meus filhos por serem pacientes na minha ausência, ao meu esposo por ser dedicado, por cuidar dos nossos filhos e, a toda minha família Kamakã, e ao meu povo Pataxó Hãhãhãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me deu forças e guiou-me para que pudesse superar as dificuldades e desenvolver este trabalho.

A instituição UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, pelo acolhimento.

A FAE, Faculdade de Educação pela oportunidade.

A minha coordenadora do curso professora Vanessa Sena Tomaz por esta sempre disponível quando nós precisamos.

Em especial a minha orientadora Professora Keli Cristina Conti que me orientou com muita paciência e dedicação durante a trajetória do percurso.

A todos os professores do curso de formação Intercultural para Educadores Indígenas, habilitação em Matemática, por nos transmitirem os seus conhecimentos e colaborando com a diversidade da turma.

A minha mãe Joselita Pereira dos Santos, pelo seu amor, que dedicou a cuidar dos seus netos em alguns momentos do curso, e me orientou para que eu não desanimasse.

Agradeço ao meu pai, Edivaldo da Silva pelo e o incentivo que me deste para enfrentar as dificuldades.

Aos meus Filhos Wicleis Makiã Souza Silva, Pablo Wekanã Souza Silva e Emerson Carvalho da Silva. E ao meu esposo Pedro Desiderio da Silva

As minhas amigas Sirê Mayõ, Ivanida Pereira dos Santos e Aline Pataxó, pelo apoio e atenção durante os momentos curso

Aos meus colegas do curso da turma da matemática em especial, a Kevin Robert, Gabriel Florêncio e Diovania Ferreira.

As turmas da LAL, CVN e CSH.

Ao meu povo Pataxó Hãhãhãe.

A minha família Kamakã.

RESUMO

Este percurso teve como objetivos, apresentar as diversas formas geométricas utilizadas dentro da comunidade, nos artesanatos, nos plantios das hortaliças, nas roças, construções e pinturas corporais pelo povo Pataxó Hãhãhãe e destacar a Geometria presente no formato das roças, das hortaliças, para que esses saberes sejam registrados e lembrados por todos, tanto da escola como a comunidade. Com o intuito de alcançar esses objetivos, propusemos a seguinte questão de pesquisa: *Em quais situações do cotidiano, as formas geométricas estão presentes na comunidade do Povo Pataxó Hãhãhãe?* A pesquisa foi desenvolvida na aldeia Indígena Caramuru, pesquisando de forma histórico-bibliográfica e utilizando como instrumentos de coleta, documentos, livros e registros que contavam a história do povo. Utilizamos também fotografias das práticas do povo Pataxó Hãhãhãe em situações que envolviam a utilização das formas geométricas no cotidiano da aldeia e especificamente nas roças e hortas além de entrevista com dois membros da aldeia. Destacar a geometria presente nos formatos das roças e hortas, para que esses saberes fossem lembrados, tanto pela escola como na comunidade, foi de grande valor para minha formação e ampliação dos meus conhecimentos e para o povo Pataxó Hãhãhãe, pois, está valorizando, e resgatando os conhecimentos tradicionais que o povo nos ensina com a vivência na comunidade. O trabalho também servirá de pesquisa e estímulo na comunidade.

Palavras-chave: Educação Matemática; Formação de Professores Indígenas; Geometria.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu	10
FIGURA 2 - Ilustrações das formas geométricas trazidas nos livros didáticos	22
FIGURA 3 - Trabalho realizado na sala de aula	24
FIGURA 4 - Gamela um utensílio que pode ser como fruteira e também como enfeite	26
FIGURA 5 - Cesto, cesta e chapéu	27
FIGURA 6 - Arco e Flecha, Burduna e Maracá	27
FIGURA 7 – Peneira	28
FIGURA 8 - Pinturas corporais Povo Pataxó Hãhãhãe I	29
FIGURA 9 - Pinturas corporais Povo Pataxó Hãhãhãe II	29
FIGURA 10 - Centro cultural (uma cabana indígena)	30
FIGURA 11 - Construção Igreja evangélica	30
FIGURA 12 - Ritual no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru	31
FIGURA 13 - Vista frontal da Escola Estadual de Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu	32
FIGURA 14 - Vista lateral da Escola Estadual de Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu	32
FIGURA 15 - Forno de fazer farinha	33
FIGURA 16 - caixa de proteger o motor	33
FIGURA 17 - Roça de milho	36
FIGURA 18 - Roça de mandioca	36
FIGURA 19 - Estaleiro de um plantio de mangalô	37
FIGURA 20 - Feijão Mangalô	37
FIGURA 21 - Meu pequeno plantio de milho, leira de alface e coentro ainda pra nascer	40
FIGURA 22 - Pequeno plantio de milho e alface	40
FIGURA 23 - A horta do Sr. Rivaldo	42
FIGURA 24 - A horta da Sr. ^a Nilza	44

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	HISTÓRIA DO POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE	9
3.	MINHA HISTÓRIA	20
4.	O PERCURSO	25
5.	GEOMETRIA: SABERES E FAZERES NA ALDEIA	26
6.	A GEOMETRIA NOS FAZERES DE ROÇAS E HORTALIÇAS	35
6.1.	Roças e Hortaliças	35
6.2.	A minha horta	38
6.3.	Conversando com os membros da aldeia	41
7.	O QUE APRENDI COM ESSE TRABALHO... ..	45
	REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

Escolhi como tema do meu percurso, a Geometria, por ser importante para povo Pataxó Hãhãhãe, podendo reconhecer os valores, costumes e práticas que são transmitidos no cotidiano da aldeia. O meu interesse surgiu no momento que eu estudei a Geometria no curso, isso me levou a pesquisar sobre o referente tema, porque percebi que em torno da aldeia existem diversas formas geométricas que são utilizadas pelo povo.

A pesquisa foi desenvolvida na aldeia Indígena Caramuru e o percurso está dividido em seis capítulos, no primeiro capítulo venho relatando um pouco da história do Povo Pataxó Hãhãhãe, a cultura, os costumes crenças e tradições, quantidade de etnias que compõem o povo, mapa da aldeia, a primeira demarcação da terra, um pouco da linha do tempo os acontecimentos das mortes de algumas lideranças na aldeia, e o julgamento de anulação dos títulos falsos, com a conquista do território do Povo.

No segundo capítulo, trago um pouco da minha história de vida, e minha convivência dentro da comunidade indígena Caramuru, minha trajetória escolar desde de estudar na aldeia e depois surgiu a necessidade de ir estudar na cidade de Pau Brasil, no Estado da Bahia, o preconceito e discriminação que sofri estudando na cidade, minha chegada ao Universidade Federal de Minas Geais, alguns conteúdos, científico e tradicional que estudei na faculdade.

No terceiro capítulo começo falando sobre o meu percurso, como está estruturado na justificativa, nos objetivos, a metodologia, a questão de pesquisa. No quarto capítulo, falo sobre a Geometria presente na aldeia, com fotografias de objetos, pinturas corporais, construções, que tem o formato mais próximo de alguma forma geométrica. Já no quinto capítulo falo sobre a Geometria nas roças e hortaliças, entrevistas com membros da comunidade em quais as situações em que utilizam as formas geométricas.

No sexto capítulo relato sobre o que aprendi com esse trabalho, minha motivação para fazer uma horta com meu esposo e meus filhos e a importância do mesmo para minha aprendizagem.

2. HISTÓRIA DO POVO PATAXÓ HÃHÃHÃE

A cultura do povo está relacionada com seus costumes suas crenças e tradições. O fortalecimento cultural espiritual acontecem com as práticas culturais, nas festividades da comunidade nas confecções de alguns artesanatos, e nas histórias contadas pelos anciões da aldeia. No entanto, o povo Pataxó Hãhãhãe, é uma mistura de muitas etnias. Aprendemos muitos com essa diversidade de etnias que existem dentro da comunidade, nas rezas, orações, nas danças, nos cantos (tohés), nos mitos, nos contos e nas ervas medicinais. Esses saberes tradicionais que o povo nos ensina, devem ser preservado e praticado sempre, para que as nossas crianças vivenciem e continuem aprendendo os valores tradicionais da cultura do povo Pataxó Hãhãhãe.

Começo então, contando um pouco da história do meu povo.

O povo Pataxó Hãhãhãe, está localizado na Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, é dividida por regiões, como: a Água Vermelha, Bahetá, Braço da Dúvida, Taquari, Toucinho, Ourinho, Caramuru, Milagrosa, Panelão e Rio Pardo, que ocupam um território de 54.105 hectares, situado no sul da Bahia, nos municípios de Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacan (Figura 1). De acordo com os dados da Sesai, atualmente conta com 2.973 habitantes cadastrados. Mas os caciques lideranças afirmaram em um seminário da saúde no dia 06 de fevereiro no ano de 2017, realizado no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru, pela SESAI, que existem aproximadamente uns 4.000 habitantes na aldeia. É denominado Pataxó Hãhãhãe, porque é formado por uma junção de etnias tais como: Os Bainãs, Kariri-Sapuyá, Kamakã Mongoió, Guerens, Tupinambá, Funiô e entre outras.

De acordo com Carvalho e Souza, (2005, s/p), em entrevista concedida em 1977 na aldeia de Barra Velha, localizada em Porto Seguro no estado da Bahia:

Nas terras onde está localizada a Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, criada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1926, entre as terras devolutas do Estado da Bahia, para “gozo dos índios Pataxós e Tupinambás” (Lei Estadual nº1916/ Diário oficial. Salvador,11/01/1926.), viviam tradicionalmente os Pataxó Hãhãhãe e Baenã, conforme preconiza a tradição oral. O índio Kamuru-Iguaxó Iguelicis, por exemplo se referiu se aos Hãhãhãe como “os nativos do posto, conquistado na Serra do Couro Dantas”.

Ainda de acordo com Carvalho e Souza (2005 ,S/P)

Devido à extinção de suas aldeias, por força da Lei N.198, de 21/08/1897, o poder Executivo do Estado da Bahia, diferentes grupos indígenas foram, em épocas distintas, deslocadas para área da reserva Caramuru Paraguaçu. De Olivença teria vindo contingentes **os Tupiniquim e Botocudos (Aimoré e Guerén)**; de Santa Rosa, - **os Kariri Sapuyá**, que já haviam sido expulsos de Pedra Brancas, situada na porção do sul da Recôncavo baiano; e da antiga aldeia de Ferradas (São Pedro de Alcântara), grupos **Kamakã e Guerén** (Grifos nossos).

Figura 1 - Localização da Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu.



Fonte: CIMI, Regional Leste. Diocese de Itabuna (BA), 2000.

A Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu é uma das mais antigas no Estado da Bahia, pois, no ano de 1926, o Estado reservou essa terra para o povo, que foi expulso de suas terras por fazendeiros de cacau e posseiros. Em 1934, Telésforo Martins Fontes estabeleceu um contato definitivo com o grupo de Hãhãhãe ainda arredio, na Serra do Couro D'Anta (RIBEIRO, 1982). No ano de 1935, tiveram o reconhecimento oficial de suas terras e então aumentou os conflitos entre os indígenas e os fazendeiros na região, quando começam os acordos com SPI

(Serviço de Proteção ao Índio) e o governo da Bahia, com objetivo de reduzir a área do Caramuru Catarina Paraguaçu. Sobre isso foi encontrado o seguinte documento:

Está datado de nove de março de 1926 e emana exatamente do Poder Executivo posteriormente, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia com assinatura do governador Góes Calmon, sanciona a Lei nº 1.916 de 9 de agosto de 1926, que estabelece os limites da área reservada, 50 léguas quadradas de terras em florestas gerais e acatingadas, destinadas à conservação das essências naturais e ao gozo dos índios Tupinambá e Pataxó e outros ali existentes. (BRASIL, 1988, p. 114)

De acordo, com depoimento da S^a Maria Ilda (Paraiso, Brasil 1988), entre os anos de 1926 e 1933, começam então o trabalho de medição feito pelo Capitão Vasconcellos, capitão do exército brasileiro a serviço do SPI. Nessa demarcação, alguns fazendeiros, que não tinham terra na área, introduziram pessoas para trabalharem em péssimas condições, para garantir também uma indenização ou reconhecimento dos seus direitos. O capitão Vasconcellos, resistiu aos subornos, às ameaças e é afastado do trabalho, então, Telésforo Martins Fontes funcionário do SPI, assume a direção. No entanto, Telésforo procede com o trabalho da medição e apaziguamento de construção de benfeitorias em diversas localidades da aldeia, naquela época foram trazidos para dentro da reserva os Bainã e os Pataxós, e trabalhadores recebendo um salário do SPI, para ensinar os indígenas a trabalharem com a terra.

Segundo, Paraiso (Brasil, 1988).

Em 1936, o SPI, já deixava construído- 12 casas, para os índios a sede do PI caramuru galpão de casa de farinha, pastagem aberta em toda área, plantação de mandioca, café; outra sede administrativa na Serra das Bananeira, onde havia mais plantações de milho, banana, café mandioca e laranja; outra sede administrativa em Água Branca, outra sede em Rancho Queimado e mais uma ainda na Água Vermelha, hoje apropriada por um fazendeiro que foi vendida recentemente. (BRASIL, p.116).

No período de 1936, houve a invasão da Reserva, por tropas PM da Bahia para superar a suposta “Revolução comunista do Posto” (Paraiso, 1976). O SPI órgão indigenista responsável pelos os índios junto aos interesses políticos e econômicos acaba fazendo arrendamentos das terras indígenas para os fazendeiros e posseiros, facilitando a invasão, ameaças aos índios, estupro de suas filhas, queimas de suas roças, extorsão de dinheiro, tendo apoio da polícia militar. Isso fez com que os indígenas reagissem com arcos e flecha e acabaram sendo presos e ainda distribuindo títulos falsos para alguns trabalhadores (Brasil, 1988).

No ano de 1937, foi feito um acordo entre o governo do estado da Bahia e o Ministério da guerra, de acordo com a lei do estado de 9 de agosto do ano de 1926, em que novos limites foram fixados, e reduzindo mais a área novamente para 36 mil hectares. O governo do estado da Bahia foi quem cedeu essa demarcação na qual, os trabalhos foram feitos por um capitão que era do SPI, capitão Moisés Castelo Branco Filho, e por um engenheiro Alfredo Amorim Coelho, representante do estado da Bahia. Durante a demarcação, ocorreram muitas ameaças e tentativas de suborno, para que nas medições da terra fossem diminuindo a terra indígena e aumentando o espaço dos fazendeiros, ou seja, aumentasse as linhas deixando grandes pedaços de terras indígenas fora das medições, com isso, devido as ameaças e opressões a demarcação não foi toda concluída. Uma boa parte do território indígena ficou sem medir, inclusive um trecho nas proximidades do Rio Pardo.

Ainda no mesmo documento (Brasil 1988)

Para facilitar o trabalho eles dividiram a área em dois núcleos, um ao norte e o outro ao sul, estabelecendo dois polígonos e cada um demarcou exatamente um desses polígonos. O capitão de SPI demarcou o polígono norte e o engenheiro da Bahia demarcou o polígono sul (BRASIL, 1988. p.116).

Há duas outras versões também sobre o impedimento da conclusão das medições, uma seria a presença de índios bravios e outra versão seria a determinação do então interventor Juraci Magalhães, impedido que a demarcação fosse concluída.

Então a demarcação ficou da seguinte forma:

A área ficou dividida realmente em dois polígonos: o polígono norte, que tinha a sede do PI Caramuru, e o polígono sul com a sede do PI Paraguassu. A linha divisória Passava na altura do Racho Queimado e do Mundo Novo, bem ao centro. E, em qualquer consulta ao mapa da demarcação feito pelo capitão Moises Castelo Branco. A área sul foi destinada aos demais índios destinados Pataxós e Bainã e a área e Sul foi destinada aos demais índios que se refugiaram. Exatamente aqueles índios a que me referir anteriormente e que pela extinção das suas aldeias vagavam por aquela região. Então nós temos Botocudos, Tupiniquim, Camacã e Mongoió. Também nessa ocasião se dá o deslocamento de um pequeno grupo Kariri e Sapuíá, originário de Pedra Branca, onde foram expulsos em 1834. A peregrinação desse grupo indígena é alguma coisa realmente lastimável. A partir 1834 esses grupos vem sendo sucessivamente deslocado, escoraçado, com força policial. E exatamente em 1939 esses índios vão estar localizados na região de Baixão, Município de Jequié, onde vão ser contactados por um etnólogo de maior respeito deste país, chamado Kurting Manduju, e sobre esses contatos desses índios Kariri e Sapuíá para a reserva Caramuru Paraguassu. (BRASIL, 1988 p.117)

Paraíso (Brasil, 1988), relata um trabalho feito pela a professora Rosário Guérios e o etnólogo, Kurting Mandaju, no relato falavam em conduzir os indígenas para a reserva, e como isso, vendo o estado em que se encontravam de pobreza, miséria e o desrespeito em abandoná-los ali, e sem nenhuma assistência. Esses índios se encontravam junto com o índio chamado Samado, ele era o chefe do povo Pataxó Hãhãhãe, o mesmo era que transmitia o contato dos índios com Mandaju. No entanto, os índios vão ficar na região Sul, pois, em condições de ter bons contatos, eles são muitos evoluídos e recebem alguns pedaços de terras. Então, recebem essas terras de familiares em uma área muito produtiva, onde havia muitos plantios de cacau e isso, gerou muita ambição e cobiças por partes dos fazendeiros e arrendatários. No entanto, a medida tomada pela nova administração do SPI, foi organizar os problemas dos trabalhadores, ou seja, dos invasores no ano de 1936, no entanto, eles distribuíram para os invasores das terras indígenas os primeiros títulos de arrendatários.

Naquela época nos anos de 1942, houve explorações dos índios nos trabalhos da agricultura e também nas riquezas da terra, ainda havia muitos índios, aproximadamente uns 338 e ainda chegavam mais famílias de outras regiões do Estado da Bahia, que procuravam se refugiar na aldeia Caramuru Paraguaçu. Mas os arrendamentos eram muito comuns e ilegais na região, e isso causava grandes maus tratos aos índios que resistiam, no entanto, o chefe de posto daquela época se omitiu diante aos maus tratos aos indígenas, por causas dos arrendamentos ilegais no posto indígena Caramuru. Ele foi demitido, começou então, um processo do cancelamento dos arrendamentos ilegais e dos indivíduos que provocou os maus tratos aos índios (BRASIL, 1988).

Mas mesmo com o arrendamento proibido, os índios eram ameaçados, e obrigados a arrendar suas terras pelos fazendeiros e arrendatários, pois se não arrendassem suas terras eles expulsavam ou até mesmo matavam os que resistiram ou saíam ou arrendavam. Naquela época foi enviada para a comunidade uma força da polícia militar da Bahia para dar proteção aos índios, mas alguns também faziam parte dos grupos que pertenciam os fazendeiros, ainda assim, alguns índios resistiram e fizeram o que o chefe do SPI deveria ter feito, com seus arcos e suas flechas e suas rezas e crenças espirituais conseguiram expulsar os fazendeiros,

mais isso contribuiu para a prisão do chefe da aldeia, o Samado e de alguns índios também. Outras retomadas foram feitas pelos índios, mas na região do Mundo Novo, também outra retomada na região do Rancho Queimado (Brasil 1988).

Sobre esse período Paraíso, apresenta:

Em 1976, eu ainda fotografei todas as casinhas construídas pelo o SPI. Ainda estavam lá, inteiras, assim como a sede do PI Paraguassu, que foi destruída recentemente. Eu tenho fotografias da sede, dentro da fazenda, sendo usada pelos vaqueiros dos fazendeiros. Também no posto caramuru encontrei uma situação calamitosa. Os índios vivendo na casa dos vaqueiros e os vaqueiros na fazenda vivendo na sede admirativa do PI Caramuru. E os índios largados. Baheté inclusive- uma velha que hoje deve ter seus 80 a 90 anos – passando fome, porque lhe era proibido catar minhocas para pescar, o fazendeiro dizia que estragavam o pasto. Baheté com 80 e tantos anos, pescava de panela dentro do rio Colônia, porque não podia pegar minhocas para pescar, vivia num quartinho, trancada com um monte de galinhas, gatos e cachorros. Era um desespero porque Baheté tinha medo de que as galinhas saíssem, o fazendeiro reclamasse, porque estragavam o pasto. (Brasil p.119).

Diante todas as dificuldades de miséria e pobreza algumas famílias se refugiaram no posto indígena Caramuru, muitos índios resistiram aos ataques dos fazendeiros, e foram retomando outra região como a do Toucinho, e outros indígenas que estavam em outras regiões do estado da Bahia foram retornando para a aldeia aproximadamente no ano de 1980. Então a FUNAI, tentou uma forma de negociar com o governo do Estado da Bahia. Diante da recusa, a mesma tenta entrar com uma ação para cancelar os arrendamentos na aldeia.

Nos períodos de 1978 e 1980, houve um despertar de algumas famílias nas aldeias Baheté e Jacarecy, onde vivia numa situação muito precária. Uma grande parte do povo estava disperso em toda a região e também em outros estados do Brasil. Com isso, algumas lideranças como: Samado, Higino, Lucila e Saracura, resolveram se articular para a conquista da terra, e foram de viagem para Brasília. Nesse período o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) entra com ajuda, ao divulgar a luta para conquista do território, enviando cartas para os parentes que estavam espalhados naquela e em outras regiões que são mais distantes. Nas cartas estava a frase “vai abrir as terras”, ou seja, era uma maneira de divulgar que as terras iam ser retomadas. Os índios se organizavam para retomar seu território das mãos dos fazendeiros e posseiros, e todos os parentes das regiões vizinhas e distantes, tinham que estar avisados e preparados para a conquista do território, porque as demarcações de terras estariam expandindo.

Nos anos 1980 e 1984, foram novamente expulsos de suas terras condenados ao exílio e forçados a esquecer-se de sua história, reiniciando a luta para a reconquista do seu território tradicional (Brasil, 1988).

Sobre isso também encontramos o seguinte documento:

No mês de abril do ano de 1982, aproximadamente umas 40 famílias, que estava refugiadas em Minas Gerais na Fazenda Guarani, retomam uma parte de suas terras, denominada de Fazenda São Lucas com (1.079 hectares). No mesmo ano no mês de junho, a Funai (Fundação Nacional do Índio) entra com uma Ação Ordinária de Nulidade de Títulos de Propriedade sobre Imóveis Rurais – ACO 312, junto ao Supremo Tribunal Federal – STF, visando a anulação de todos os títulos de propriedade ilegítima e ilegalmente concedidos pelo governo da Bahia na área da reserva. O Ministro Moreira Alves é indicado como relator do processo (INCRA, 1978).

Nos anos de 1982 e 1984, já existia a presença do CIMI na aldeia, a igrejas católicas, o próprio CIME, que catequizavam os indígenas, também havia a igreja evangélica, a primeira escola indígena em que os professores eram não indígenas, pago pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e também a primeira professora indígena, Maria Muniz de Andrade.

No dia 2 de novembro do ano de 1984, o senhor Antônio Júlio da Silva, é atingido por um tiro na cabeça, foi levado pra Brasília, onde ficou durante muito tempo de cama, que perdeu os movimentos do corpo e ficou paralisado, esse conflito aconteceu e vitimou dentro da Fazenda São Lucas, lá estavam concentrados os Pataxós (JORNAL DA BAHIA, 05/11/1984). Em dezembro do mesmo ano, ocorre uma tentativa de assassinato contra o chefe de posto da FUNAI, Romulo Sirqueira, e também o advogado da FUNAI, Moaci Lira, ambos estavam retornando da cidade de Ilhéus no estado da Bahia, quando foram surpreendidos. Eles tinham indo prestar um depoimento sobre os tiros que aconteceu com o sr. Antônio Júlio da Silva (A TARDE, 05/12/1984).

Em 1985, as lideranças Samado, Higino e Nailton, traçam uma estratégia política para a luta da terra, os mesmos, afirmam que a terra é sagrada e não concordam em sair da terra. Samado era uma das lideranças mais velhas e nunca tinha saído da terra. A FUNAI distribuiu para lideranças, alimentos para ajudar na luta da terra. Também na aldeia Bahetá, o cacique Jorge, começa a acompanhar a luta pela terra, então, a articulação das aldeias de Panelão, Bahetá e São Lucas, fica mais forte para lutarem na conquista do território (CIMI, 1984).

No ano de 1986, houve uma emboscada que deixou muitos indígenas feridos de tiros. Os índios que sofreram o atentado foram: Antônio Xavier, Aniraldo Calixto, Enedito Vítor e Leonel Muniz. No mês de novembro a aldeia São Lucas, é invadida por pistoleiros e policiais militares, fortemente armados e matam uma criança recém-nascida quando sua mãe corre dos tiros pela mata, José Pereira e Jacinto Rodrigues. (CIMI,1986).

Em 29 de março de 1988, depois de ter sido sequestrado na aldeia, o senhor Djalma Souza Lima é encontrado morto, foi muito torturado, suas unhas arrancadas, castrado, dente e couro cabeludo arrancado e com queimadura em várias partes do seu corpo. Em 16 de dezembro numa emboscada que liga a aldeia a cidade de Pau Brasil – BA, o líder João Cravim é brutalmente assassinado, aos 29 anos de idade. Ele era casado e pai de três filhos (CIMI, 1988).

Na década de 90, houve uma organização dos índios para o processo de retomadas nas regiões, Bom Jesus, Paraíso e Mundo Novo, mas foram retirados pela a polícia militar.

Em 20 de abril, do ano de 1997, o irmão de João Cravim, Galdino de Jesus dos Santos é queimado vivo, por cinco jovens de classe média alta em Brasília, quando dormia em um ponto de ônibus. Galdino estava com um grupo de lideranças, que tinha ido para Brasília em busca de justiça para a regularização da terra (CIMI,1997).

No ano de 1998, morre um ancião Euzébio José dos Santos Pataxó, no início dos anos de 1990 ele foi Cacique junto com o senhor Wilson de Jesus, além, dos conhecimentos que tinha com o seu povo, mesmo nos momentos difíceis em que todos passavam na aldeia, o senhor Euzébio, nunca pensou em desistir da luta da terra. Então ele dizia “o sangue dos seus parentes era adubo que dava força e coragem na luta pela reconquista da terra”.

Sobre isso encontramos os seguintes registros:

A justiça Federal concedeu a sentença que mantém a posse das fazendas recuperadas. O juiz federal Antônio Ezequiel da Silva, de Ilhéus Bahia, concedeu, em 13 de outubro sentença favorável ao Pataxó Hãhãhãe, na ação de manutenção de posse das cinco fazendas, recuperada pelo o povo indígena após o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, em abril de 1997. As fazendas Paraíso, Bom Jesus, São Sebastião, Nova Vida I E II, são partes dos 54 mil hectares reivindicada pelos Pataxó Hãhãhãe (Katia Vaco e equipe Pataxó Hãhãhãe/CIMI, S/D).

Já nos anos 2000, inicia a política partidária na aldeia devido o massacre que o povo Pataxó Hãhãhãe vinha sofrendo com os políticos da cidade de Pau Brasil-BA. Isso fez com que a comunidade se organizasse e lançassem dois candidatos a vereadores da aldeia para disputar as eleições. No entanto, só um deles foi eleito, Agnaldo Francisco dos Santos que foi o primeiro vereador indígena, na cidade de Pau Brasil-BA. Houve também a estadualização do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.

Entre os anos 2002 a 2007, teve algumas conquistas do povo Pataxó Hãhãhãe: a criação de uma rádio comunitária dentro da aldeia Caramuru, também houve o cadastro de algumas famílias no programa Bolsa Família, Luz para Todos, formações das associações na comunidade, houve a autorização do Ensino Médio no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Jovens Pataxó Hãhãhãe ocuparam a sede da Diretoria Regional de Educação e Cultura DIREC 7, Itabuna-BA, protestando contra as péssimas condições de ensino na aldeia. Professores e Estudantes Pataxó Hãhãhãe foram recebidos pelo Deputado Estadual do PT da Bahia, Zilton Rocha na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, para discutir e reivindicarem melhorias no campo da Educação nas aldeias Pataxó Hãhãhãe. Ingresso dos professores indígenas na universidade.

Em 2008, Reunião das lideranças indígenas, Governo do Estado da Bahia: Governador Jacques Wagner, Fernando Schmidt (Chefe de Gabinete), Dr. Ruy Cruz (Procurador Geral do Estado), Suzana Sá (Chefe da Casa Civil), Frederico Fernandes (Superintendente de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos), Jerry Matalawê (Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos). Estiveram presente também nesta reunião a representante da ANAÍ, Marta Timon. A reunião teve como objetivo principal, discutir com as lideranças indígenas e o governo da Bahia, participação do Governo da Bahia em ações que visem solucionar definitivamente a questão da Terra dos Pataxós Hãhãhãe (CIMI,2008).

Após 26 anos de espera, finalmente no dia 24 de setembro, o Supremo Tribunal Federal, deu início ao julgamento da Ação Civil Original (312-BA), que pede a nulidade dos títulos, de propriedade concedidas a ocupante da terra indígena Caramuru-Catarina Paraguassu do povo Pataxó Hãhãhãe. O ministro relator do processo, Eros Graus, reconheceu os direitos dos indígenas a terra e considerou os títulos nulos, e o destaque foi a riqueza da fundamentação do seu voto, totalmente favorável a comunidade Pataxó Hãhãhãe. (PORANTIM ANO, XXX. NÚMERO 309. BRASÍLIA – DF, OUTUBRO 2008).

Dos anos 2009 a 2013, houve também alguns avanços na comunidade como: programas do governo inseridos na aldeia, o projeto das moradias, mais até o momento ainda não foi concluído, um dos momentos mais marcante para o povo Pataxó Hãhãhãe, a retomada da região do Rio Pardo que foi em maio de 2012.

Sobre isso também encontramos:

STF considera nulos títulos de terra localizados em área indígena no sul da Bahia

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente a Ação Cível Originária (ACO) 312, que discutia a anulação de títulos de propriedade de terras localizadas na área da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, no sul da Bahia. A Funai (Fundação Nacional do Índio), autora da ação, alegou que a área é ocupada desde tempos remotos pelos índios pataxó-Hãhãhãe. Por maioria, os ministros consideraram nulos os títulos de propriedade localizados dentro da reserva.

A votação seguiu o voto proferido pelo relator do caso, ministro Eros Grau (aposentado), no início do julgamento, em 2008. Na sessão de hoje (2), em que foi retomado o julgamento, acompanharam o entendimento do relator as ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Rosa Weber, e os ministros Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Celso de Mello e Ayres Britto. O ministro Marco Aurélio divergiu e votou pela improcedência da ação.

Ao pontuar seu voto com o do ministro Eros Grau, primeiro a se posicionar sobre o assunto, a ministra Cármen Lúcia informou que ele julgou a ação da Funai totalmente procedente, mas, na prática, também se limitou a anular os títulos de propriedade com glebas localizadas dentro da área da reserva indígena. “No final, vamos chegar à mesma conclusão”, disse, ao explicar que o pedido da Funai incluía propriedades localizadas fora da terra indígena.

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206458>
31/08/2017.

De acordo, com Aliana 14/07/2006¹, o Povo Pataxó Hãhãhãe, tem sua cultura e seus costumes próprios, mesmo a situação do povo sendo ruim devido o problema que tem com a terra, vivem lutando para manter os costumes, as crenças, e os mitos. Muitos ainda vivem da colheita e caça. O povo Pataxó Hãhãhãe, tem vários costumes, como as pinturas corporais, com tintas que são feitas do jenipapo que tem uma durabilidade de uns quinze dias, e também a pintura do urucum que tem a cor avermelhada. Cada pintura tem o seu significado próprio, as pinturas corporais tem os momentos: as das lutas e as que são usadas nos momentos especiais como nos rituais. Nos dias de rituais é o momento que todos os indígenas se reúnem para dançar o tohé, juntam homens, mulheres, crianças, e idosos, em um formato de círculo, de uma forma coletiva, a dança é uma das maneiras que matem a cultura do

¹ Iata Pataxó . Disponível em: <http://www.indiosonline.net/a cultura do povo pataxo hahahae 1/#>. Acesso em 27 Set. 2016.

povo viva dentro da comunidade. O tohé cantado nos momentos tristes, alegres e em momentos de celebração, pois é um ritual de integração entre os sentimentos, também é uma oração coletiva pelos indígenas.

Atualmente, muitos indígenas trabalham e sobrevivem da agricultura, e saem da aldeia para comercializar as mercadorias na cidade, outros dependem da pecuária, tiram seu sustento com as entregas de leite para alguns laticínio na cidade de Pau Brasil, Itajú do Colônia e entre outras. Alguns pescam, sobrevivem e comercializam a pesca. Mesmo, na região os artesanatos indígenas não são valorizados, a fabricação de artesanato é pouco produzida na comunidade, mas alguns ainda dependem dos artesanatos para sobreviver, e vendem em eventos e seminário dentro da própria comunidade e outros acabam se deslocando pra outros municípios, para comercializar os artesanatos. A prática de produzir artesanato também faz parte do cotidiano da aldeia, é uma forma de manter a cultura do povo viva.

3. MINHA HISTÓRIA

Eu, Amagilda Pereira de Souza, nasci no dia oito de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na cidade de Pau Brasil Bahia, fui criada pelos meus pais na Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, na região do Rio Pardo. Sou filha de Manoel Rodrigues de Souza que pertence a etnia Kariri-Sapuyá, por parte do meu avô paterno, a minha avó que era não-indígena. Minha mãe Joselita Pereira dos Santos, que pertence a etnia Kamacã, por parte de meu avô materno, também por parte de minha avó materna, que pertence a etnia Gueren, por essa junção de etnias sou denominada Pataxó Hãhãhãe, porque tenho mistura de várias etnias.

Hoje devemos esclarecer para os nossos filhos, que eles não pertencem a uma só etnia, pois quando se casam pessoas com etnia diferentes não pertence a uma etnia só, ou seja, pertence ao povo Pataxó Hãhãhãe. A valorização da nossa cultura está também em conscientizar os jovens a se casarem com pessoas que são também de algum povo indígena para que sempre permaneça o sangue indígena, assim, mantendo a cultura viva, sendo Pataxó Hãhãhãe.

Minha trajetória escolar iniciou-se quando comecei a estudar com 7 anos de idade no período do Ensino Fundamental I, na época, de 1ª a 4ª série na Escola Municipal Indígena Caramuru, era um período em que os professores indígenas eram leigos. Os professores mesmo sem a formação acadêmica, já tinham um pouco de experiência para ensinar, pois eles aprenderam com a nossa primeira professora indígena, que foi a professora Maria Muniz. Mas o ensino foi de grande valor para mim, pois aprendi a importância em valorizar aquilo que eu aprendia com os meus pais, pois as professoras também ensinavam muitas coisas importantes da cultura do nosso povo, como: contar histórias, contos e também cantar os nossos tohés (músicas). As aulas sempre eram iniciadas com alguns daquele tohés ou também alguma das brincadeiras que brincávamos em casa ou na escola.

Naquela época aproximadamente no ano de 1998, a escola não atendia todas as necessidades escolares da aldeia, ou seja, não tinha o Ensino fundamental II, na época, de 5ª a 8ª série, isso obrigou que nós fôssemos estudar numa escola não-indígena na cidade de Pau Brasil no período noturno. Foi um período muito difícil para nós estudantes indígenas, pois não havia transporte escolar e tínhamos que se locomover da aldeia até a cidade a pé com aproximado uns 7 quilômetros, tanto

para ir da aldeia para cidade, quanto para voltar da cidade para aldeia totalizando uns 14 quilômetros por dia. Éramos aproximadamente uns 30 alunos.

Os indígenas viviam em constantes conflitos com os fazendeiros da região e não foi muito favorável nossos estudos lá, por sermos indígenas. Depois a FUNAI conseguiu um transporte provisório para nos transportar da aldeia para a cidade de Pau Brasil, mas por um tempo curto pois, alguns vândalos a mando dos fazendeiros, atearam fogo no carro que era do tipo Kombi. Isso foi em frente do colégio que estudávamos. Nós éramos sempre discriminados, e sofremos muito preconceitos. Naquele período também as ameaças era constante para nós indígena. Um tempo depois, a Funai comprou um outro transporte, um ônibus, mas outros vândalos atearam fogo novamente. Ficamos mais um período sem transporte escolar. Posteriormente a Funai conseguiu alugar um outro ônibus, mais no caminho de volta do colégio de Pau Brasil para a aldeia, tentaram nos assassinar. Jogaram pedras no motorista e o ônibus quase capotou com todos os estudantes dentro.

Devido essas constantes ameaças dos fazendeiros contra nós estudantes indígenas, na cidade de Pau Brasil e as necessidades de expandir a escola na aldeia, as lideranças da aldeia resolveram lutar para implantar o Ensino Fundamental II. Mas só foi possível implantar uma modalidade: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou aceleração como era chamada de 5.^a e 8.^a série no período noturno. Estudei essa modalidade na aldeia e foi um período muito proveitoso para mim e muito gratificante, apesar de que eram duas séries juntas, só de estar estudando mais próximo e mais seguro já era glorioso.

Alguns dos professores eram da cidade de Pau Brasil, e outros da aldeia, mas a maioria já tinha uma formação para ministrar as aulas, com o magistério, ou magistério indígena, Pró Formação e também alguns tinham o antigo “formação geral”, ou seja, o atual Ensino Médio completo.

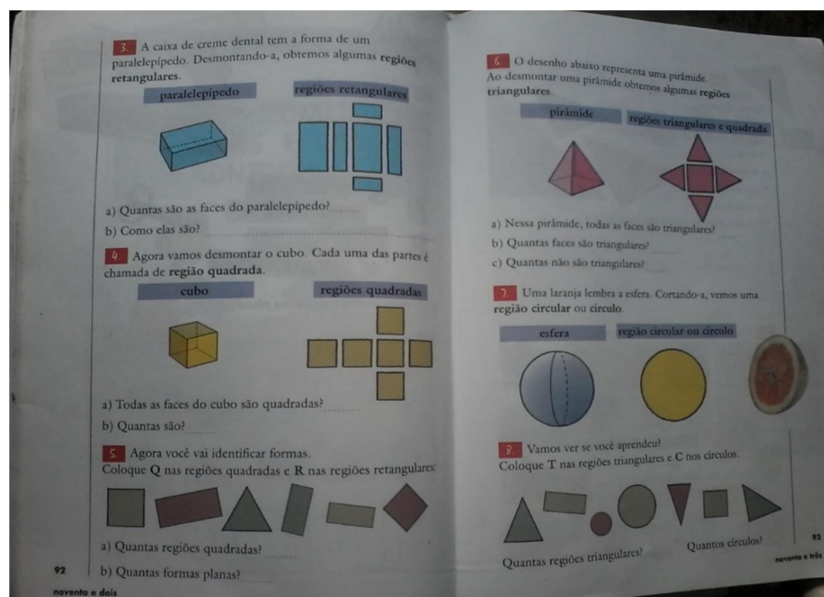
Mas alguns anos depois a escola também não supria todas as necessidades da aldeia, então tive que novamente me deslocar para estudar o Ensino Médio, no Colégio Estadual Luiz Eduardo Magalhães em Pau Brasil. Também foram muito sofridos meus estudos lá, porque nós indígenas ainda estávamos em constantes conflitos territoriais, as retomadas com os fazendeiros da região, e também não havia transporte escolar constante, as vezes tinha, mas maioria da vezes tínhamos que seguir andando. Então, sentíamos intimidados com a presença de filhos, sobrinhos e parentes dos fazendeiros, sendo nossos colegas de classe, ainda

continuava os insultos, as discriminações, e nos chamavam de ladrões de terras. Mas, diante dessas dificuldades todas, não desisti e conseguir concluir o Magistério que foi o Curso Normal no ano de 2004.

Na escola indígena onde concluir o Ensino Fundamental, havia diversas formas geométricas que os professores indígenas nos ensinavam, como: o formato do círculo que os professores pediam pra nós fazermos, quando iríamos fazer uma oração, ou, cantar o tohé (música), fazer algumas brincadeiras, tinha também formas que relacionávamos com o quadrado que era os formatos das roças de milho, feijão e mandioca. Nossos desenhos também podiam ser relacionados a alguma forma geométrica, nossa casa, no caminho de casa para a escola, alguns objetos que produzíamos com a argila tanto em casa, como na escola, nos artesanatos, nas pinturas corporais, ou seja, algo que havia em nosso redor de alguma maneira podíamos associar à uma figura ou forma geométrica.

Já a Geometria que estudei na escola não-indígena, era um pouco diferente, pois só estudava aquelas formas geométricas que havia nos conteúdo dos livros didáticos que tinham as imagens dos quadrados, retângulos, triângulos, losangos, círculos e entre outros, percebi que a Geometria que estudei fora da aldeia não era muito explorada, contextualizada e valorizada. Era só mais um conteúdo da disciplina de Matemática que tinha que ser trabalhada.

Figura 2 - Ilustrações das formas geométricas trazidas nos livros didáticos



Mas diante desses saberes, tanto no escolar quanto no tradicional indígena, ambos foram muito importantes para minha formação, pois, vejo que, esses conhecimentos adquiridos durante toda minha trajetória escolar foram de grande valor para minha formação acadêmica. Isso me fez perceber o quanto a Geometria está presente na aldeia e é valorizada em diversas situações do cotidiano dentro da comunidade, para o povo Pataxó Hãhãhãe.

E por falar na minha formação, não conhecia a universidade e nem o curso. Uma liderança da aldeia Boca da Mata, chamado Edimarcos, no Fórum de Educação Indígena na cidade de Muquém de São Francisco, no Norte da Bahia, apresentou a Universidade Federal de Minas e o edital do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), para a Habilitação Matemática. Devido, a necessidade de ter uma formação acadêmica e ainda específica para professores indígenas, resolvi me inscrever. Fiz minha inscrição pelo correio e fui fazer a prova na cidade de Porto Seguro aproximadamente uns 240 km, da aldeia Caramuru.

Felizmente fui aprovada! Cheguei à Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Educação, no curso de Formação Intercultural Para Educadores Indígenas na habilitação em Matemática, no mês de agosto de 2014.

No início do curso estudamos a geométrica espacial, em que os professores foram muito dinâmicos, mostrando os conceitos, trazendo objetos, caixas, que tinha um formato que lembrava as formas geométricas. Adquiri conhecimentos e troca de experiências com a convivência, entre outros povos de etnias diferentes, na cultura, nos costumes e em cada relatos de convivência que cada povo nos trazia de suas comunidades em diferentes momentos de cada aula. No intermódulo, que é o período que ocorre em uma aldeia indígena em que os estudantes moradores se organizam para receber os colegas e a equipe de professores e bolsistas da universidade, a professora pediu para que nós levássemos objetos tradicionais do povo indígena, que lembravam as formas geométricas espaciais, para discutir com os colegas na sala de aula, outra atividade foi o Tangran, a professora nos ensinou a produzir um Tangran, depois nós criamos vários objetos e animais que tinha semelhança com o que estudamos.

4. O PERCURSO

No início do curso estudamos Geometria plana e espacial, e os professores foram muitos dinâmicos. No intermódulo, trabalhamos com objetos tradicionais do povo indígena. Meu interesse em estudar Geometria dentro da minha aldeia surgiu a partir do momento que percebi que ao redor da aldeia sempre havia formas geométricas. Escolhi esse tema, por ser importante para o Povo Pataxó Hãhãhãe, podendo reconhecer os valores que são transmitidos através das vivências no cotidiano da aldeia.

Com isso, meus objetivos neste percurso foram:

- Apresentar as diversas formas geométricas utilizadas dentro da comunidade, nos artesanatos, nos plantios das hortaliças, nas roças, construções e pinturas corporais pelo povo Pataxó Hãhãhãe.
- Destacar a Geometria presente no formato das roças, das hortaliças, para que esses saberes sejam registrados e lembrados por todos, tanto da escola como a comunidade.

Com o intuito de alcançar esses objetivos, propusemos a seguinte questão de pesquisa: *Em quais situações do cotidiano, as formas geométricas estão presentes na comunidade do Povo Pataxó Hãhãhãe?*

Escolhemos desenvolver esse trabalho de pesquisa, na aldeia Indígena Caramuru, no povo Pataxó Hãhãhãe, e para coletar informações, utilizamos:

- Pesquisa histórico bibliográfica: buscando documentos, livros e registros que contassem a história do povo Pataxó Hãhãhãe;
- Pesquisa de campo: coletando informações diretamente na aldeia Caramuru. No campo, utilizamos os seguintes instrumentos de coleta: fotografias das práticas do povo Pataxó Hãhãhãe em situações que envolva a utilização das formas geométricas no cotidiano da aldeia, registro das observações num caderno, especificamente nas roças e hortas e entrevista com dois membros da aldeia.

Passarei a contar um pouco da Geometria presente na nossa aldeia.

5. GEOMETRIA: SABERES E FAZERES NA ALDEIA

As formas geométricas estão presentes em todo cotidiano da aldeia, devido aos conhecimentos tradicionais que nos são transmitidos de geração em geração. Essas formas são vivenciadas em todo momento dentro comunidade, nas coisas que estão sempre ao nosso redor e são utilizadas, mas não são nomeadas como conhecimentos formais da Geometria, como por exemplo, quadrado, retângulo, ângulos, paralelismos.

Os objetos produzidos são muito importantes para a sobrevivência do povo Pataxó Hãhãhãe, pois, utilizam essas formas geométricas tradicionais em muitos utensílios, objetos, artesanatos e entre outros, como saberes e fazeres do povo que devem ser valorizados e serem passados pelos mais velhos para os mais novos. Nos artesanatos como são utilizados os colares, nos objetos de defesa, como: burdunas, nos arcos, nas flechas, nas lanças e nos utensílios como: gamelas, nos cestos, nos potes, nos móveis, nas mesas, nos tamboretos, nos bancos, no formato do fogão de lenha, e em outras situações dentro da aldeia. Como por exemplo, na Gamela (figura 4), que lembra em seu contorno um paralelogramo.

Figura 4 - Gamela um utensílio que pode ser como fruteira e também como enfeite.



Fonte: Pesquisadora, Amagilda, 20/10/2016.

O arco, flecha e a burduna, são instrumentos de defesa, que serve também como arma para caçar. O Maracá é um instrumento musical utilizado quando se canta as músicas para ritual (figuras 5 e 6)

Figura 5 - Cesto, cesta e chapéu.



Fonte: Wendeuslelei A. Souza

Figura 6 - Arco e Flecha, Burduna e Maracá.



Fonte: Wendeuslelei A. Souza

Outro utensílio bastante presente em nossas casas é a peneira, é um utensilio de utilidade para peneirar, também serve para colocar as sementes para fazer colares (figura 7).

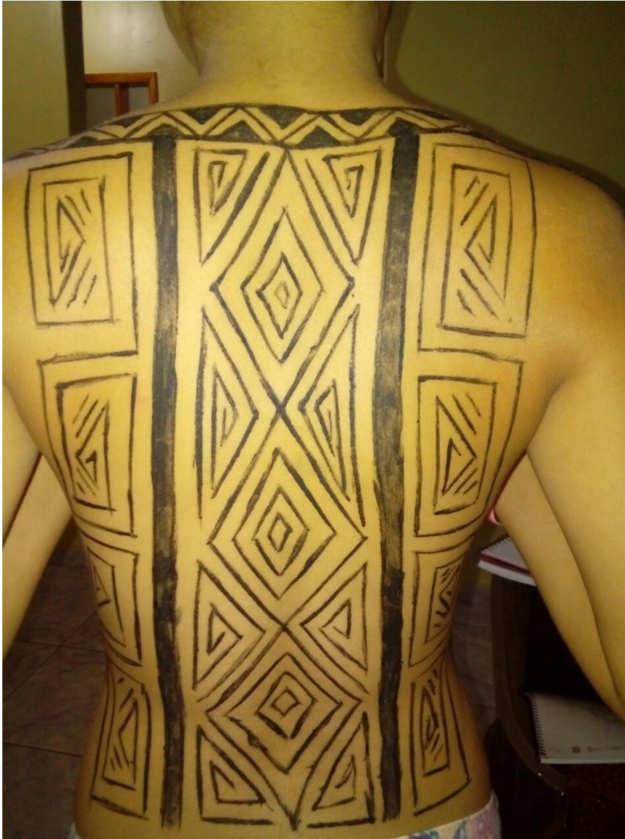
Figura 7 - Peneira



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, Amagilda, 18/10/2016.

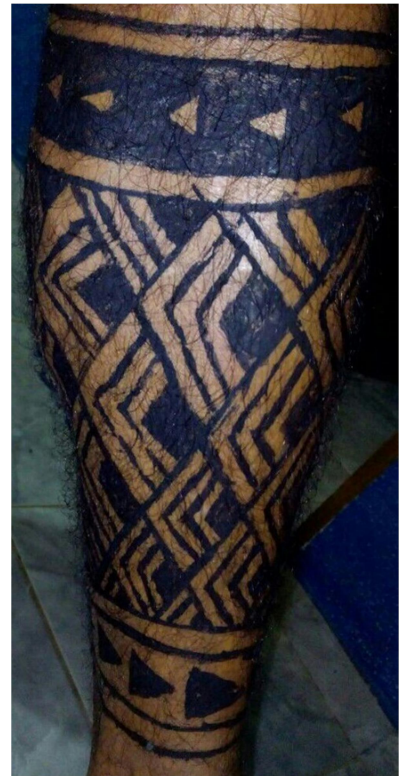
Ela também está presente nas pinturas corporais (Figuras 8 e 9), no formato do círculo na prática das danças e nos rituais. São muito importantes também para praticar e valorizar a cultura do povo.

Figura 8 - Pinturas corporais Povo Pataxó Hãhãhãe I



Fonte: Edmar Batista de Souza (autor)

Figura 9 - Pinturas corporais Povo Pataxó Hãhãhãe II



Fonte: Edmar Batista de Souza (autor)

A forma geométrica também é bastante, usada no dia-a-dia dentro da comunidade, nas construções das moradias, das casas de farinhas e seus fornos, nas igrejas e nas cabanas.

Figura 10 - Centro cultural (uma cabana indígena)



Fonte: Pesquisadora, Amagilda 20/10/2016.

A cobertura da cabana tem uma forma geométrica que lembra uma pirâmide, é um poliedro que tem por base um polígono e cujas faces laterais são triângulos. A lateral da cabana lembra um prisma em que as faces laterais lembram o retângulo.

Também observamos a igreja evangélica da comunidade, que além de servir como para fazer os cultos, são utilizadas também para reuniões na comunidade. Também tem a forma geométrica nas paredes que lembra um prisma de base octogonal com oito partes, e nos telhados podemos associar a uma pirâmide de base octogonal com oito lados.

Figura 11 - Construção Igreja evangélica



Fonte: Pesquisadora, Amagilda 20/10/2016.

As formas geométricas tradicionais além de serem vistas em todo espaço na comunidade, também é vista e presenciada no contexto escolar na aldeia, a escola é um espaço onde todos aprendem e adquirem esses conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, onde desenvolvem e constroem esses conhecimentos. Trabalhamos numa perspectiva de pedagogia indígena, em que valorizamos aquele conhecimento que os estudantes adquirem com a convivência dentro da comunidade e leva para escola, outra forma é a pedagogia escolar indígena, que a escola desenvolve aqueles conhecimentos tradicionais junto com os conhecimentos científicos. Nessa situação, o conhecimento presente na aldeia pode servir como ponto de partida para atividades matemáticas e auxiliar na construção do pensamento geométrico dos estudantes, valorizando e cultuando o saber e fazer indígena. Como por exemplo, nos momentos de oração no ritual no colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru, observamos a forma geométrica de um círculo, na posição em que os alunos se configuram:

Figura 12 - Ritual no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru.



Fonte: Pesquisadora, Amagilda, 17/04/2017.

Muitas formas geométricas também são observadas no formato da construção da escola, como: retângulo, triângulo, quadrado e círculo (figuras 13 e 14).

Figura 13 - Vista frontal da Escola Estadual de Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu



Fonte: Pesquisadora, Amagilda, 17/04/2017.

Figura 14 - Vista lateral da Escola Estadual de Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu



Fonte: Pesquisadora, Amagilda, 17/04/2017.

A fabricação de farinha em nossa comunidade, não é mais frequente como antigamente, mais hoje algumas famílias ainda mantem essa cultura de fazer roças de mandioca e da raiz para fazer a farinha, o beiju, a tapioca e entre outros. A farinha é feita nas farinheiras na própria comunidade, onde são utilizados o forno (figuras 15 e 16), pois nele é que são produzidos esses alimentos,

Figura 15 - Forno de fazer farinha



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, Amagilda, 18/10/2016.

Forno de fazer farinha, forma geométrica mais próxima de um círculo. Já na caixa de proteção do motor que rala a mandioca, as formas geométricas mais visíveis são de um quadrado e um retângulo.

Figura 16 - caixa de proteger o motor



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, Amagilda, 18/10/2016.

Isso, nos permite observar o quanto as formas geométricas são importantes para as práticas cotidianas e fazeres do Povo Pataxó Hãhãhãe e percebo que essas formas geométricas foram sendo trazidas de várias etnias que formaram o povo e sendo recriadas e muitas utilizadas em muitos objetos construções, roças e hortaliças. Observamos também que a geometria é importante a todos povos indígenas do universo pois, são utilizadas em quase toda situação do dia-a-dia.

Diante dessa importância e diversidade, escolhi falar um pouco mais da Geometria presente no plantio das roças e hortaliças.

6. A GEOMETRIA NOS FAZERES DE ROÇAS E HORTALIÇAS

6.1. Roças e Hortaliças

A hortaliça é uma cultura bem típica do povo Pataxó Hãhãhãe, pois, vejo essas práticas dentro da aldeia. As formas geométricas estão bem visíveis nesses plantios desde o formato em que são cavadas e construídas as leiras, a maioria das leiras tem mais um formato que lembra um retângulo. Esse olhar para os fazeres em relação ao formato das roças veio depois das aulas da faculdade, mas isso já era um fazer comum ao povo.

Para fazer o plantio da hortaliça é necessário primeiro escolher uma localidade, que é mais acessível à água, depois de escolhido faz um cercado utilizando madeira e arame, depois do cercado pronto, começa a preparação da terra para o plantio, observo que a maioria desses cercados tem formato que lembram o retângulo ou o quadrado. A terra é preparada da seguinte forma, fazendo capinagem com enxadas, depois vai fazendo a limpeza do local capinado.

Existem diferentes maneiras de plantar hortaliças, algumas são plantadas nas leiras como: coentro, alface, cebolinhas e entre outras, que são plantadas no formato de retângulo ou quadrados. Outras são plantadas no formato de cova como a couve, salsa, rúcula e outras covas são cavadas com a quina da enxada que tem um formato parecido com um triângulo.

E desde antes o povo Pataxó Hãhãhãe já utilizavam esses saberes nos formatos nos seus trabalhos, e até hoje ainda são muito utilizando essas formas geométricas nas suas atividades de roças e hortaliças.

Nessa foto da roça de milho (Figura 17) a forma geométrica mais próxima é de um quadrado, assim como no formato da roça de mandioca lembram um quadrado (Figura 18).

Figura 17 - Roça de milho



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, Amagilda, 18/10/2016.

Figura 18 - Roça de mandioca



Fonte: Arquivo da Pesquisadora Amagilda, 10 /09/2016.

Já no plantio de mangalô (Figura 19), que é um tipo de feijão (Figura 20), o plantio é feito no jirau³. A forma geométrica mais visível é de um retângulo.

³ Armação de madeira.

Figura 19 - Estaleiro de um plantio de mangalô



Fonte: Arquivo da Pesquisadora Amagilda, 10/09/2016.

Figura 20 - Feijão Mangalô.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora, Amagilda, 15/07/2017.

6.2. A minha horta

Durante toda minha vida convivi na Aldeia Indígena Caramuru, cresci vendo o quanto foi importante a produção de roças e hortaliças na aldeia, meus familiares, avós e meus pais trabalharam muitos anos nas roças e também nas hortas. As roças mais comuns na aldeia eram as de milho, feijão, batata doce e mandioca, e as hortaliças. Os anciãos já tinham esses saberes e fazeres em relação às roças.

A roça de mandioca era que tinha mais na aldeia, pois as maiorias das famílias plantavam com mais quantidades, porque da mandioca eles faziam a farinha, tirava a puba, e também a goma, conhecida como polvilho, e depois faziam o beiju, da massa e da goma, nas farinheiras que havia na aldeia, uma no lado do Salgado (que é o nome do córrego) e a outra farinheira na baixada porque era um local mais plano, depois da farinha e os beijus prontos, levavam para venderem na cidade de Pau Brasil.

Naquela época tudo era mais difícil para nós indígenas, principalmente para se locomover da aldeia Caramuru para a cidade de Pau Brasil, na aldeia nenhum indígena tinha um transporte mais rápido como um carro ônibus e entre outros, todos transportavam suas mercadorias nos animais como nos jegues, nos cavalos e nos burros, em forma de cargas, e andavam aproximadamente uns cinco quilômetros da aldeia para a cidade de Pau Brasil, e mais cinco quilômetros também pra retornar de Pau Brasil para a aldeia, tinham que sair bem cedinho ou de madrugada.

Naquele tempo, os plantios das roças eram mais comuns na aldeia, porque todas as famílias faziam os plantios e cultivavam as roças, e faziam a farinha de mandioca nas farinheiras comunitária que havia dentro da aldeia, pois todos dependiam da produção da farinha para a sobrevivência. Com isso, a produção da farinha era muito grande então, as famílias se organizavam de uma forma que todos conseguissem fazer suas farinhas tendo que esperar uma família terminar para outra começar, como eram muitas famílias aguardando algumas começavam aproximadamente da meia noite em diante e já saiam de madrugada da farinheira, direto para Pau Brasil.

E com isso, muitas vezes, tive que dormir em cima de uma esteira aguardando meu pai e minha mãe a fazer a farinha e o beiju, para dali irmos para a cidade de Pau Brasil, vender essas mercadorias que também não eram valorizados,

na maioria das vezes que levavam não vendiam o suficiente, tinha momentos que eram necessários fazer algumas trocas, nos açougues, e também em outras barracas por outros alimentos para não houvesse muitos desperdícios e voltasse com algum mantimento para casa, tudo era muito difícil para todos, porque haviam uns conflitos muito grande dos fazendeiros e posseiros, devido a questão das terras, e diante desses conflitos éramos muitos discriminados até mesmo por alguns moradores da cidade, que evitavam de comprar nas mãos dos parentes indígenas, isso causavam um prejuízo muito grande para o povo que estavam ali vendendo para tirarem o seu próprio sustento da sua família.

Hoje na Aldeia Indígena Caramuru, existem poucos plantios, as pessoas não trabalham mais com grandes roças e hortaliças, alguns ainda plantam um pouco para seu comércio e ajudar no sustento da família que também não tem outra fonte de renda, e outros plantam para seu consumo, ainda existem alguns idosos, que já são aposentados, mas não deixam de trabalhar nas roças, também faz parte da cultura, onde aprendemos muito com a convivência e a participação nos trabalhos. Também as maiorias das pessoas não plantam mais, devido suas outras fontes de renda, como alguns funcionários, tanto da saúde e educação, devido o tempo nos trabalhos.

Com isso, percebi o quanto foi importante para minha formação, e através do meu estudos, observações para o meu percurso, estimulou a fazer a minha horta (Figura 21) e também alguns pequenos plantios de milho e feijão, vejo, que isso faz parte da minha vivência na aldeia, também é cultura do povo Pataxó Hãhãhãe, e não podemos deixar morrer esses conhecimentos tradicionais, esses saberes e fazeres, para que no futuro os meus filhos cresçam conhecendo o quanto foi importante aprender a cuidar e plantar na terra, que a terra é sagrada para todos os povos indígenas é dela que podemos tirar o nosso sustento tanto, nas produções das roças, como nas hortaliças, pois, essas produções podem contribuir para uma economia sustentável dentro da aldeia.

Figura 21 - Meu pequeno plantio de milho, leira de alface e coentro ainda para nascer.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora Amagilda, 10/09/2016.

Formas geométricas mais visíveis nas leiras são de um retângulo (Figura 22).

Figura 22: Pequeno plantio de milho e alface



Fonte: Arquivo da Pesquisadora Amagilda, 10/09/2016.

No começo da minha horta era só para o consumo, mas diante do aumento das produções levou-nos a comercializar alguns produtos na cidade.

A terra é muito importante para nós, pois é dela que tiramos o nosso sustendo que melhora a nossa qualidade de vida, através dos alimentos que plantamos sem agrotóxico, são produtos naturais para o consumo e sim melhorando a saúde e aprendendo ter uma alimentação saudável.

6.3. Conversando com os membros da aldeia

No dia 11 de agosto do ano de 2017, realizei duas entrevistas com minha tia Nilza Pereira dos Santos, e meu tio Rivaldo Pereira dos Santos, ambos moram na aldeia indígena Caramuru na região do Rio Pardo, e pertencem ao povo Pataxó Hãhãhãe da etnia Kamakã, a entrevista aconteceu na própria horta próxima às suas casas, aproximadamente às 16h40min, com o objetivo de sabermos mais sobre o formato das roças e o aprendizado sobre isso. No momento em que a entrevista foi realizada ele estava plantando mudas de alface. Já tinha comentado com o senhor Rivaldo antes, que iria até a sua casa para fazer a entrevista e o contexto do meu trabalho. Antes de iniciarmos, mais uma vez falei do que se tratava minha visita.

Entrevista com o Sr. Rivaldo Pereira dos Santos:

Amagilda: Porque as roças e hortaliças tem esse formato? O senhor aprendeu com quem?

Rivaldo: a gente faz as leira, aduba, moiá, se não num sai que presta.

Amagilda: O senhor aprendeu com quem fazendo esse formato ai?

Rivaldo: eu aprendi com os meus pais, meus pais trabalhava muito com isso ai, alface coentro, prantava muitas coisas.

Amagilda: E porque tem que cavar esses buraquim ai pra plantar?

Rivaldo: Temo que adubar não tem? A gente cava assim: A gente cava e vai joga o adubo e planta o alface, depois agente móia se não num sai boa.

Amagilda: Beleza! Aqui são as duas leiras!

Rivaldo: É que um dia o cara tem que ter técna né pra poder prantar num fica legal não se não tiver técna, a bicha num sai que presta.

Amagilda: Todas são plantadas nesses quadradinhos assim?

Rivaldo: pranta no quadradinho, todas nas leira.

Amagilda: E porque que planta nos quadrado e nas leiras?

Rivaldo: Porque fica mais bom e melhor pra a rente tabaiá ne?

Amagilda: Fica melhor de trabalhar?

Rivaldo: economiza mais a terra né! Certinho fica mais bonitinho.

Amagilda: Fica mais bom e economiza mais a terra e fica mais certinho, e aqui é alface?

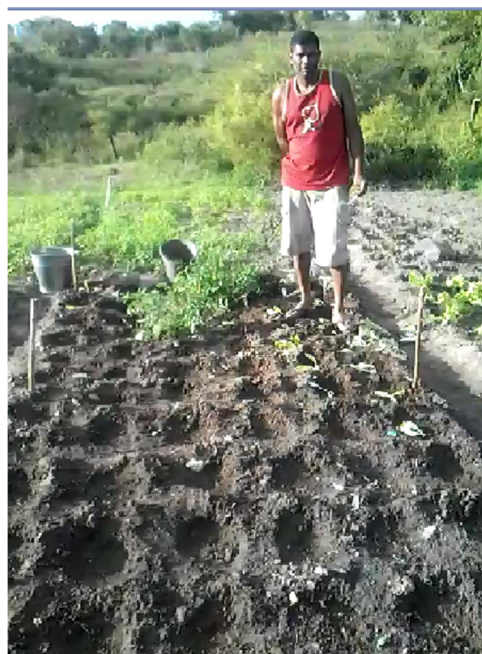
Rivaldo: alface, cuento, tem cuento também lá... tem jiló.

Amagilda: Os cuento também e plantado nesse formato? Cuento, alface?

Rivaldo: Nesse mesmo formato, cuento, alface cebolinha.

A seguir, podemos ver a horta do Sr. Rivaldo, no dia da entrevista (Figura 23).

Figura 23 - A horta do Sr. Rivaldo



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Entrevista com a Sr.^a Nilza Pereira dos Santos:

Amagilda: Porque o Formato das roças e das hortas? Porque que a senhora faz desse jeito assim?

Nilza: É porque meu pai e minha mãe prantava desse jeito e ai eu aprendi assim, prantar desse jeito assim, quentão agente pranta assim, tomate.

Amagilda: O que mais a senhora planta assim nesse formato além do tomate?

Nilza: Aqui arrente só pranta assim nas cova em filera arrente põem esterco de gado ai pranta tomate , aqui é jiló, e cá é a leira de cuento, arrente faz desse jeito assim.

Amagilda: E aprendeu com quem?

Nilza: Aprendi com minha mãe e com meu pai, desde pequena nasci na zona rural e não sei fazer outro trabai ao não ser esse, né? Meu trabai é esse.

Amagilda: Leira de coentro né? Isso nesse formato?

Nilza: Cuento pra cá tem alface,

Amagilda: Todas também tem o mesmo Formato? Ou uma de um jeito e a outra do outro, né? Uns é mais lago e outros mais comprido?

Nilza: Assim tomate e jiló arrente pranta nas cova e alface arrente pranta no formato de leira.

Figura 24 - A Horta da Sr.^a Nilza pereira dos Santos



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Durante essas entrevistas, com meu tio e minha tia, aprendi saberes para trabalhar na minha horta, aprendi que quando plantamos as leiras nos formatos retangulares, e também nas covas aproveitamos mais os espaços que temos na terra, que muitas das plantas na horta é necessário plantar nas fileiras como: tomate, jiló couve pimentão e entre outras, e também o coentro, cebolinha, alface e outras são plantadas nas leiras tanto em formas de quadrado ou retângulo, e a aproveitando assim os espaços da terra preparada. E que a terra deve estar bem preparada, cuidada e utilizando nos momentos dos plantios, o esterco do gado, como adubo para poder vitaminar a terra, e a planta crescer com mais qualidade e saudável. São saberes e fazeres que já faziam parte da cultura, mas ampliados com um olhar geométrico que eu trouxe do curso.

7. O QUE APRENDI COM ESSE TRABALHO...

Durante minha trajetória do meu percurso, ao desenvolver o meu tema de pesquisa, as formas geométricas nas práticas tradicionais do Povo Pataxó Hãhãhãe, aprendi o quanto foi interessante, e importante observar com mais atenção essas diversidades de formas geométricas, que vejo, ao todo redor da aldeia, nos saberes e fazeres do povo, que nunca frequentou a escola ou receberam conhecimentos formais sobre Geometria, mas que têm o conhecimento tradicional do povo.

Aprendi o quanto está sendo importante conhecer mais um pouco da história do meu povo Pataxó Hãhãhãe, e valorizar a cultura as tradições, principalmente em praticar a cultura no que me refiro aos trabalhos coletivos, dos grupos nas roças, contribuindo também nos mutirões, na preparação da terra para o plantio, no coletivo, para plantar e também para colher. Também a valorizar a terra, sabendo que devemos cuidar, pois, é muito importante para a sobrevivência do povo.

Diante, desse trabalho de pesquisa compreendi, que as formas geométricas estão bem visíveis em todo redor da aldeia, nas casas, nas cabanas, nos artesanatos, roças e hortaliças, são bem utilizadas em diversas coisas no dia –a- dia da aldeia.

Está sendo muito importante e gratificante, pois, esse trabalho me inspirou a trabalhar com a terra, e me levou a fazer uma horta junto com minha família meu esposo e meus filhos, isso, levou-me a aprender a lidar com a terra pegando experiência com minha mãe e meu pai, e também ensinar para os meus filhos o quanto é importante aprender e conhecer os formatos geométricos mais comuns e utilizados na construção da horta e também a conhecer outros diversos tipos de plantas.

Com isso vejo que foi muito gratificante estudar essas formas geométricas planas e espaciais na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Minas Gerais, e a inspiração de pesquisar sobre um tema que está relacionado ao meu convívio na comunidade, e que essa horta no futuro possa termos retorno nas produções, e melhorando a sustentabilidade da minha família, e estimular a outras famílias a trabalhar na terra também, além de possibilitar que futuramente eu faça um trabalho na escola, tendo como ponto de partida esses saberes e fazeres do povo sendo valorizados.

Durante minha convivência com meus pais e os demais parentes como, meus avós , meus tios e tias cresci, vendo todos trabalhando especificamente com roças e hortaliças, mas não prestava muitas atenções nos momentos em que eles estavam nas roças e hortas, só observava que eles sempre faziam as roças e hortas sempre de uma mesma forma, por isso, é que no meu trabalho de percurso quis pesquisar as formas que eles mais utilizavam nos plantios.

Com minha entrevista aprendi essas experiências e também compartilhei esse aprendizado com meu esposo e meus filhos, passando esses saberes para poder desenvolver em nossa horta, diante dessas técnicas que aprendi com meus tios, a nossa horta estar bem evoluída, onde no começo nós plantávamos só pra o consumo, diante da qualidade e da produtividade, já estamos trabalhando para entregar nossa mercadoria no comércio da cidade, possibilitando assim, melhorar a nossa renda financeira, a ter uma alimentação mais saudável e também a estimular aos meus filhos a cuidar e trabalhar com a terra, porque o trabalho com a agricultura faz parte da cultura do povo Pataxó Hahahãe, especificamente da minha família Kamakã. Então com trabalho espero contribuir com minha família, meus parentes e estimular e passar um pouco dos conhecimentos adquiridos para aquele que não trabalham com a terra para que possam também trabalhar com a roça e hortaliça, pois as mesmas podem melhorar a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. Comissão do Índio. **Relatório Pataxó** – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988.

CARVALHO, M. R. G.; SOUZA, J. M. A. Verbete Pataxó Hãhãhãe. **Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil**. 1ed.Net: Instituto Socioambiental, 2005, v. 1, p. 1-24.

DANTE, L. R. **Matemática**, ed: 6, -São Paulo:Ática,2001, vol1

FUNASA, **Pataxó Hãhãhãe**, BAHIA, 2010, Disponível em <<http://indiosonline.org.br>>

SOUZA, W.A.; NEVES, M. R. **Exploração de Conhecimentos Indígenas Nas Aulas de Geometria: Exemplos da Cultura Pataxó Hã-há-hãe** 34f. Trabalho de conclusão de curso. Departamento De Ciências Exatas E Tecnológicas, Universidade Estadual De Santa Cruz, Ilhéus-BA. 2010.

STF considera nulos títulos de terra localizados em área indígena no sul da Bahia. *Notícias STF*, Brasília, 02 Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206458>> Acesso em: 31 ago. 2017.

TOMAZ, V. (org); **PIBID faz: a matemática e os saberes indígenas dos povos Xakriabá, Pataxó e Tupinikim**, - Belo Horizonte: PIBID/FAE/UFMG,2012.96p.